

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

**AVALIAÇÃO DOS ALUNOS COM NECESSIDADES
EDUCACIONAIS ESPECIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

BEATRIZ DE MOURA OLIVEIRA

Brasília – DF

2017

BEATRIZ DE MOURA OLIVEIRA

AVALIAÇÃO DOS ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS
ESPECIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção de título em Licenciatura em Pedagogia. Sob orientação da Professora Doutora Maria Emília Gonzaga de Souza.

Brasília – DF

2017

BEATRIZ DE MOURA OLIVEIRA

Monografia de autoria de Beatriz de Moura Oliveira, intitulada Avaliação dos Alunos com Necessidades Educacionais Especiais na Educação Infantil, apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia pela Universidade de Brasília, em 12 de dezembro de 2017, defendida e aprovada pela banca examinadora abaixo assinalada.

Prof^a. Dra. Maria Emília Gonzaga de Souza – Orientadora

Faculdade de Educação, Universidade de Brasília

Prof^a. Dra. Solange Alves de Oliveira Mendes – Examinadora

Faculdade de Educação, Universidade de Brasília

Prof^a. Valeria Vieira Ramos - Examinadora

Faculdade de Educação, Universidade de Brasília

Dedico este trabalho à minha filha Isabela, de onde quer que esteja, seu amor e sua luz chegam até mim. À minha filha Alice, luz dos meus dias, razão da minha vida. Aos meus queridos pais, meu irmão e meu esposo, pelo amor e apoio, por serem minha base e minha força.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pelo seu cuidado comigo. Quem me concedeu o dom da vida. Quem me deu a graça de amar as crianças e a missão de dar o meu melhor para que se tornem o melhor delas.

Agradeço aos meus pais, pelo amor dedicado a mim. Tudo que sou, devo a vocês. E quando os vejo, tenho a certeza que existe um Deus e que Ele me ama. A vocês, todo meu amor e admiração.

Obrigada às minhas filhas, Isabela e Alice. Bela, o amor que nos une vai além dessa vida. Alice, tão pequenina, e com uma missão tão grande, é a alegria da minha vida.

Agradeço também a toda a minha família, em especial, ao meu marido, quem me apoiou e incentivou nessa jornada da graduação. Aos trancos e barrancos, em meio às dificuldades e alegrias, estamos aqui firmes e fortes. Foi Deus quem nos uniu. Ao meu irmão, pelos abraços, “puxões de orelha”, trocas de ideias e companheirismo. Também às minhas amadas e preciosas Samira e Ingrid, amo vocês! Obrigada por cuidarem da minha pequena, quando tanto precisei, a fim de concluir esse trabalho.

Um obrigada especial a minha querida professora e orientadora Maria Emília, pela atenção, dedicação e paciência. Desejo ser um dia, metade da educadora que és.

Um grande e carinhoso obrigada a todas as crianças, especialmente as que encontrei por esse breve caminho de vida. São elas, a minha inspiração.

Gratidão a todos que contribuíram direta ou indiretamente para a realização dessa pesquisa.

*“Não há saber mais ou saber menos. Há
saberes diferentes.”*

Paulo Freire

RESUMO

O presente estudo tem por finalidade identificar como acontece a avaliação dos Alunos com Necessidades Educacionais Especiais (ANEEs) na Educação Infantil. Objetiva-se investigar as formas dessa avaliação, se os professores estão preparados para essa tarefa, bem como se os mesmos contam com o suporte da equipe escolar nessa prática. Para tanto, foi aplicado um questionário aberto, respondido por 11 professoras, sendo dez da rede pública de ensino e uma da rede privada, mais entrevista realizada com uma Professora Especialista em ANEEs da SEDF. Para o referencial teórico, foram consultados estudos e pesquisas relacionadas ao tema, de autores tais como Alonso (2013), Rocha (1998) Sant'anna (2010), Santos (2006) e Serra (2006), além de consulta aos documentos oficiais. Os resultados obtidos constataram que a avaliação dos ANEEs utilizada na Educação Infantil é, em grande parte, a formativa e que, quanto mais preparado estiver o professor, mais produtiva será a avaliação. A comunidade escolar se mostrou aliada importante do processo, pois para o professor, o sentimento de ser apoiado é fundamental para o trabalho com os ANEEs.

Palavras-chave: Avaliação. Educação Infantil. Inclusão.

ABSTRACT

The present study aims to identify how an assessment of Students with Special Educational Needs (ANEES) in Early Childhood Education takes place. It is intended to investigate how forms of this evaluation, if teachers are prepared for this task, as well as if they contaminate the support of the school team in this practice. For this purpose, an open questionnaire was used, answered by 11 teachers, ten of them from the public school system and a network, plus an interview with a Specialized Teacher in ANEDs of SEDF. (2006), Santos (2006) and Serra (2006), in addition to official official consultations (2006) and Serra (2006), in addition to the official consultations. The results obtained showed that the evaluation of ANSIsipse in Early Childhood Education is largely a formative one and that it is more important for a teacher, the more productive an evaluation will be. The school community is welcome, well to the teacher, the feeling of being supported is key to working with ANEEs.

Keywords: Evaluation. Child education. Inclusion.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 REFERENCIAL TEÓRICO	18
1.1 EDUCAÇÃO E INFÂNCIA	18
1.2 A CRIANÇA COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NA ESCOLA	20
1.3 AVALIAÇÃO ESCOLAR DOS ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS: O QUE DIZ A LEGISLAÇÃO?	22
2 METODOLOGIA	25
3 ANÁLISE DE DADOS	27
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
REFERÊNCIAS	48
APÊNDICE A	52
APÊNDICE B	54

MEMORIAL EDUCATIVO

Meu nome é Beatriz de Moura Oliveira, tenho 24 anos e contarei aqui um pouco da minha trajetória, que pode até ser curta, mas intensa. Aliás, no que diz respeito ao tempo, concordo com Vinícius de Moraes:

"Que não seja imortal, posto que é chama. Mas que seja infinito enquanto dure".

Venho de uma família humilde, meus pais vieram do interior da Bahia para morar no Distrito Federal, com o sonho de aqui ter uma vida melhor. De minha infância, tenho maravilhosas lembranças, cresci junto com meu irmão, apenas um ano e meio mais novo, sempre muito arteiro, esperto, não parava quieto. Totalmente diferente de mim. Emociono-me ao trazer à tona recordações dessa época, junto a meu irmão vivi tantas brincadeiras, tantas emoções, foram tantos aprendizados, machucados, choros, consolos.

Aos 5 anos, estudei numa escolinha perto de casa, que se chamava Escolinha Renascer. De lá tenho, poucas, mas lindas recordações.

Aos 6 anos fui matriculada na Escola Classe 203 de Santa Maria, e lá estudei os próximos 5 anos. Foi uma época maravilhosa, fiz amigos que mantenho contato até hoje. Foi nessa escola que me apaixonei pelas minhas professoras do 1º ao 5º anos (antigos pré-escolar e 4ª série), foi lá que essa profissão aprendi a admirar.

Com o acompanhamento de minha primeira professora dessa escola, Vitória, aprendi a escrever meu nome, aprendi a canção do alfabeto, aprendi a fazer rodinha no início da aula, a desculpar o meu amigo, aprendi que quando uma aluna cai e quebra o dente da frente, sua professora estará a postos para tranquilizá-la e dar o devido apoio. Aprendi que nessa profissão, o mandamento de Deus é o que permeia o trajeto: amarás a teu próximo como a ti mesmo.

No 6º ano (antiga 5ª série) fui matriculada no Centro de Ensino Fundamental 201 de Santa Maria, e lá passei os próximos 4 anos. Início da minha adolescência, para mim uma época tranquila.

Meus pais tiveram papel fundamental no meu processo de educação e formação. Apesar de muitas vezes não possuírem o grau de instrução necessário para me ajudar em determinada tarefa da escola, não deixavam de acompanhar o meu progresso. Me lembro que todos os dias minha mãe, ao chegar do trabalho, exigia que mostrássemos a ela as tarefas que fizemos. Nunca tiveram medo do trabalho, e fizeram mais do que estavam ao alcance deles para educar a mim e meu irmão. Minha mãe sempre trabalhou como empregada doméstica, e meu pai como vigilante, trabalha até hoje de dia e de noite.

Meu pai, através de um emprego, conseguiu para nós uma bolsa em um colégio particular situado em Taguatinga, foi onde cursei meu Ensino Médio. Foi um tempo difícil, pois precisava acordar ainda de madrugada e pegar condução lotada, para chegar a tempo nas aulas. Além disso, a vida dos meus amigos desse colégio contrastava com a minha realidade. Eles advindos de família de classe média a alta, faziam parte de um mundo que não me pertencia. Me encaixar foi difícil. Mas Deus manda anjos em nossa vida, e as poucas amizades que fiz nesse colégio são parte do meu tesouro precioso, meu círculo de família e amigos.

No Ensino Médio, aquele sistema de provas, testes, notas, provas, intensivão, não me agradava e eu percebia que não era capaz de contemplar, nem medir os saberes de nós, alunos, muito menos nos ajudar no processo de aprendizagem. Pelo contrário, aquele sistema de avaliação nos massacrava, nos angustiava, nos deixava aflitos. Foi então que começou a despertar meu interesse em entender por que a avaliação dos alunos era realizada daquela forma.

Durante o Ensino Médio tomei decisões importantes na minha vida. Conheci e namorei o Hiago, hoje meu esposo. E, ao fim do curso, decidi que seria professora, mas essa decisão não foi algo simples, como veremos a seguir.

Participei do Processo Seletivo de Avaliação Seriada (PAS) da Universidade de Brasília (UnB) e passei para Química-Licenciatura. E com a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), consegui uma bolsa integral para Pedagogia numa ótima

faculdade. Meu pai não ficou feliz com a minha decisão de ser professora e, por isso, me incentivou a cursar Química, já que, no entendimento dele, era um curso em que eu poderia atuar em outras vertentes. Para ver meu pai orgulhoso, optei por Química. Bem, foi um longo semestre... Eu não me identificava com o curso, e a vontade de ser Pedagoga só crescia em mim.

Ao fim daquele comprido semestre, tentei novamente aprovação para cursar Pedagogia, dessa vez na UnB, e... Passei! Não podia aguentar tamanha felicidade! Confesso que não foi fácil contrariar o meu pai, mas foi preciso. E através de uma franca conversa, ele entendeu que eu precisava fazer aquele curso.

Chegou, então, o início do segundo semestre de 2012, primeira aula do curso de Pedagogia, e ali eu encontrei o meu lugar no mundo. Tudo fazia sentido, e em mim crescia a ansiedade de entrar numa sala de aula como professora.

O primeiro contato com as crianças como educadora foi num estágio remunerado, quando estava no 4º semestre do curso. Me encantei com aquele mundo, com as crianças, com o ensinar-aprender, com a troca professor-aluno, com tudo.

Logo depois participei do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) da UnB, onde atuei na Escola Classe 304 da Asa Norte. Nessa escola, me fascinou a forma de caminhar daquela equipe, não acreditava numa escola pública de qualidade, e ali vi que é possível, vi professores atrás de formação, em busca de um melhor aprendizado para seus alunos. Aprendi uma valiosa lição: quando trabalhamos juntos em prol de um objetivo, tudo se torna mais fácil, e o alcance é certo.

Ao fim da minha participação no PIBID, fui chamada para trabalhar em outra escola privada, como estágio remunerado.

Nesse meio tempo, um sonho para mim se realizou: fiquei grávida. Saí do estágio, terminei aquele semestre e tranquei o próximo, para poder viver tranquila o fim da gestação e receber minha bebê Isabela da melhor forma. Mas, em 25 de abril de 2016, perto de completar os nove meses de gestação, minha vida tomou um rumo que eu não desejava.

“A vida nos pega desprevenidos e nos obriga a caminhar para o desconhecido mesmo quando não queremos, quando não precisamos.”

Paulo Coelho

O que aconteceu naquele dia me transformaria em uma pessoa totalmente diferente do que eu era. Ao acordar pela manhã, fomos fazer uma ecografia, e lá a pior notícia da minha vida: "o bebê está sem batimentos cardíacos".

Perder minha filha me modificou, passei a ver tristeza em todos os lados que eu olhava, logo eu que costumava enxergar a vida de um jeito tão bonito... Pensei em desistir de ser professora, em desistir da missão que Deus colocou em minha vida. Mas, quando a gente menos espera, Deus opera milagres. Três meses depois da perda da minha Isabela, veio uma surpresa: estava grávida de novo! Para surpresa dos médicos, e minha também. A espera por Alice foi complicada, diferente da primeira gestação, a insegurança me dominava, mas a minha fé foi maior que meu medo, e no dia 28 de fevereiro de 2017 nasceu a minha doce Alice. O dia mais feliz da minha vida.

Voltar para a faculdade, e para o trabalho com as crianças depois dessa tempestade que passou por mim, me fez enxergar essa profissão de outro modo. Compreendi a responsabilidade que está em minhas mãos, e tomei como missão dar o melhor de mim para as crianças do meu país. Olho para elas e em cada uma consigo ver o seu potencial, é ali que está o futuro do mundo.

Por isso, o meu interesse em contribuir para transformar a avaliação em algo positivo, não massacrante. E, durante a minha vivência nos estágios, percebi que principalmente a avaliação dos alunos com dificuldades de aprendizagem, ou com alguma limitação, era muitas vezes realizada de forma equivocada, faltava certo preparo e sensibilidade por parte do professor para entender o mundo daquele aluno. Decidi que seria diferente. Para mim, avaliar não deixa de ser um compromisso profissional, e um ato de amor para com o próximo. Portanto, decidi seguir o mandamento de Deus.

Na UnB, tive oportunidade de estudar a avaliação, além de vivenciar através de meus queridos e brilhantes professores, uma avaliação que contribui para o desenvolvimento das aprendizagens, dos saberes. Uma avaliação que não nos condena, e sim, que nos faz enxergar onde devemos mudar, melhorar, humanizar.

INTRODUÇÃO

Ser professor é ter a qualidade da compreensão, é entender que cada ser é diferente do outro, e que alguns irão precisar de atendimento educacional especial. Compreender que para enfrentar o dia a dia escolar e lidar com sabedoria diante de tantas diferenças é necessário estar preparado psicologicamente, intelectualmente, emocionalmente. Avaliar a aprendizagem de um aluno, requer toda essa compreensão e além. Não tem sido fácil para os professores praticar a avaliação formativa na atualidade. Muito se tem de estudos indicando o quão falha está essa prática na educação escolar, o quão falha está a educação em si. Portanto, ser professor em tempos tão difíceis é, além de tudo, manter a esperança, enxergar em cada aluno a semente do amanhã.

É notório que no Brasil a educação não é tratada como prioridade. Um dos indícios desse apontamento está nas faculdades, onde os cursos de licenciatura são, em sua grande maioria, os que possuem a menor taxa de mensalidade, ou menor nota de corte, onde muitos desistem da carreira de professor pela desvalorização desse profissional.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2016 a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade no Brasil foi estimada em 7,2% (11,8 milhões de analfabetos). Diante dos altos índices, pouco se tem feito a respeito. A cada ano se aumenta a exigência de qualificação de mão de obra dos trabalhadores brasileiros, no entanto, as oportunidades de crescimento escolar são escassas.

Portanto, ser professor é também ser persistente. É persistir naquele aluno que não consegue aprender por chegar à escola com fome, por não ter alimento em casa, naquele aluno cansado que acabou de chegar do trabalho, naquele que não pode estudar por “n” motivos... Cada um com sua história, com seu modo de aprender, com seu tempo.

A prática pedagógica da escola precisa estar preparada para acolher essas diferenças. O processo de ensino-aprendizagem deve englobar todos os alunos e suas peculiaridades, incluindo a avaliação.

Atualmente, o tema da avaliação tem sido pauta de longas conversas entre os profissionais da Educação Infantil (EI). Acontece que entre todos os vieses da área, este costuma ser pensado e discutido com menor frequência nos estudos e pesquisas. A avaliação se encontra engessada, e no campo da Educação Infantil pouco discutida, principalmente no que se refere à avaliação da aprendizagem dos ANEEs.

No sistema escolar brasileiro, é predominante o modo de avaliação classificatório, onde se é atribuída uma determinada nota de acordo com o desempenho do aluno. E, no decorrer da minha vida acadêmica, por muitas vezes deparei-me com a seguinte questão: Por que a avaliação precisa ser realizada dessa maneira? Acreditava que aquela forma de avaliar poderia não ser a mais justa, ou a mais adequada para demonstrar o desenvolvimento dos alunos.

No curso de graduação de pedagogia, surgiu a oportunidade de conhecer a avaliação e suas vertentes. Por não fazer parte do currículo obrigatório, muitos graduandos não se sentem atraídos a refletir e repensar a avaliação na Educação Infantil, incluindo a avaliação do ANEEs. Apenas pude ter algum conhecimento acerca da avaliação após participar de uma disciplina optativa da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. Descobri que a avaliação não classifica, podendo ser mais justa e humana. Ao me deparar com um novo modo de avaliar, acendeu em mim o desejo de passar adiante aquele conhecimento, de fazer diferente como professora em sala de aula e, assim, contribuir para que a escola seja um espaço de aprendizado, de troca e desenvolvimento e não um espaço de classificação de saberes.

Nas escolas em que trabalhei como estagiária me preocupava o modo de avaliar os alunos da Educação Infantil, principalmente os ANEEs, pois por muitas vezes deparei-me com falas de professores que demonstravam despreparo para lidar com essas questões, o que me instigou a realizar essa pesquisa, mediante os seguintes questionamentos: Como os ANEEs são avaliados na Educação Infantil? A escola dá suporte aos professores da Educação Infantil na avaliação dos ANEEs? Qual a contribuição da avaliação para o desenvolvimento dos ANEEs?

Na Educação Infantil, o (a) professor (a) muitas vezes se sente desafiado (a) ao ter que realizar a avaliação formativa num curto espaço de tempo e com tantos prazos a cumprir. Avaliar somente a aprendizagem num determinado momento específico, próximo de realizar os relatórios por exemplo, parece ser o menos trabalhoso, porém o que mais prejudicará o aluno. Para que a avaliação aconteça de forma eficiente, formativa, é preciso tempo, acompanhamento, paciência, observação. Para Sant'Anna (2010), “a avaliação escolar é o termômetro que permite confirmar o estado em que se encontram os elementos envolvidos no contexto”. Portanto, deve ser feita gradualmente, como um processo, e não somente num determinado momento, apresentando somente um resultado final.

Esperar que o aluno x se desenvolva como o aluno y, e classifica-los de acordo com um determinado desenvolvimento padrão, é o estilo de avaliação com o qual me deparei por muitas vezes, como estagiária, dentro das salas de aula da Educação Infantil. A avaliação formativa traz o contrário dessa premissa. Cada um parte de um determinado conhecimento prévio, e constrói o seu entendimento a partir dali.

Ser professor exige saber avaliar. Avaliar exige comprometimento, formação, paciência, e amor ao próximo.

Mediante esses questionamentos, o presente estudo tem como objetivo geral investigar como os ANEEs são avaliados na EI. E como objetivos específicos identificar as formas de avaliar ANEEs na EI; verificar se os professores da EI são preparados para avaliar ANEEs; verificar o que dizem os documentos oficiais sobre a avaliação dos ANEEs na EI; verificar se há o apoio das escolas aos professores da EI na avaliação dos ANEEs; confrontar a avaliação realizada nas escolas de EI com o estabelecido nos documentos oficiais.

A monografia está composta pelos seguintes capítulos: O primeiro capítulo expõe o referencial teórico, onde traz, de acordo com leis e autores, informações relevantes para o entendimento do que é a Educação Infantil, a Educação Especial, bem como a avaliação dos ANEEs. Versa sobre essas três vertentes apresentadas, mesmo diante da dificuldade em encontrar referencial teórico que as correlacionem. No segundo capítulo, é exposto o método da coleta de dados, o cunho da pesquisa, e apresenta como será conduzida a análise de dados. O terceiro capítulo traz a análise de dados, onde os dados coletados são organizados e é realizada a análise dos mesmos,

embasada nos autores citados. O último capítulo é sobre as considerações finais, que retoma as questões iniciais e identifica os resultados alcançados da pesquisa.

REFERENCIAL TEÓRICO

1.1. EDUCAÇÃO E INFÂNCIA

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) designa como criança todo indivíduo com até 12 anos de idade incompletos. Observa-se, então que, no quadro legal brasileiro, a definição da criança se dá com base no fator cronológico.

Pinto e Sarmiento (1997, p. 4) asseveram acerca da delimitação da idade como parâmetro para a concepção de infância:

[...] o estabelecimento desses limites não é uma questão de mera contabilidade jurídica, nem é socialmente indiferente. Pelo contrário é uma questão de disputa política e social, não sendo indiferente ao contexto em que se coloca nem ao espaço ou tempo da sua colocação. Assim “ser criança” varia entre sociedades, culturas e comunidades, pode variar no interior da fratria de uma mesma família e varia de acordo com a estratificação social. Do mesmo modo, varia com a duração histórica e com a definição institucional da infância dominante em cada época.

Sarmiento (2005) ressalta ser necessário que se faça uma diferenciação semântica entre infância e criança, pois, muitas vezes, esses significados são apresentados com o mesmo significado no senso comum:

Por isso a sociologia da infância costuma fazer, contra a orientação aglutinante do senso comum, uma distinção semântica e conceptual entre infância, para significar a categoria social do tipo geracional, e criança, referente ao sujeito concreto que integra essa categoria geracional e que, na sua existência, para além da pertença de um grupo etário próprio, é sempre um actor social que pertence a uma classe social, a um gênero, etc.

Segundo Andrade (2010, p. 53), os conceitos de infância podem apresentar diferentes significados, de acordo com os referenciais que utilizarmos. A palavra infância se refere a um período que se inicia com o nascimento e termina com a puberdade.

A autora aponta o estudo de Philippe Ariès como uma das grandes obras para a compreensão das imagens e concepção da infância ao longo da história, reconhecendo a infância como uma construção da modernidade. Ou seja, é com o projeto de

modernidade que a infância sai do anonimato, tornando-se objeto de estudo de várias áreas do saber. A autora continua apontando que

Philippe Ariès realizou seus estudos da iconografia da era medieval à modernidade observando representações da infância na Europa ocidental, especialmente na França, estudos esses que sinalizam a infância como produto da vida moderna, resultante das modificações na estrutura social. A tese da ausência do sentimento de infância na Antiguidade é relatada pelo autor considerando os altos índices de mortalidade das crianças e a forma de viver indistinta dos adultos manifestada nos trajes, nos brinquedos, na linguagem e em outras situações do cotidiano revelando uma criança que não possuía nenhuma singularidade e não se separava do mundo adulto, sendo, pois, considerada um adulto em miniatura. (ANDRADE, 2010, p. 48).

Ainda segundo Andrade (2010, p. 50), “a vida e a nova forma de pensar da família moderna propõem novas relações familiares, acompanhadas por mudanças de valores, especialmente em relação à educação das crianças. A criança assume um lugar central na família, se antes era cuidada de forma difusa pela comunidade em geral, passa a ser responsabilidade dos pais e da família. Ou seja, com o capitalismo e a propriedade privada, a criança passa a ser responsabilidade dos pais e também dona e herdeira dos valores sociais.”

No Brasil, a educação institucionalizada das crianças de 0 a 5 anos é denominada Educação Infantil. À educação das crianças maiores de 6 anos, dar-se o nome de Ensino Fundamental. No entanto, a Educação Fundamental abrange pessoas de até 14 anos, excedendo a idade limite da concepção de criança dada pelo ECA.

Rocha (1998, p. 1) afirma que “Educação Infantil é um termo que exige ser explicado. Representa, no caso Brasil, a nomenclatura usada para delimitar a etapa da educação das crianças de 0 a 6 anos e não retrata uma universalização de uso, admitindo, neste mesmo espaço e tempo, outras denominações.”

No Brasil, mesmo com o consenso estabelecido desde o movimento pré-constituente (1987) sobre a importância social e o caráter educativo das instituições responsáveis pela educação da criança de 0 a 6 anos de idade, não temos conseguido ainda viabilizar um funcionamento razoável destes serviços. O recente aumento da cobertura, sobretudo nestes últimos dez anos, tem exigido o desenvolvimento da pesquisa em várias direções, o que, por sua vez passa também a exigir uma ampliação do acesso a creches e pré-escolas. (ROCHA, 1998, p. 3).

1.2. A CRIANÇA COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NA ESCOLA

O Aluno com Necessidade Educacional Especial (ANEE) é aquele que

[...] tem impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental ou sensorial que, em interação com diversas barreiras, podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade. Os estudantes com transtornos globais do desenvolvimento são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo estudantes com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil. Estudantes com altas habilidades/superdotação demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes, além de apresentar grande criatividade, envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse. Educação Especial é a modalidade de ensino que visa promover o desenvolvimento das potencialidades dessas pessoas. (BRASIL, 2008, p. 15).

A educação das pessoas com necessidades especiais é um assunto que esteve presente na história do Brasil desde a sua colonização, mas foi em 1988 que o país começou a caminhar em direção aos direitos das pessoas com deficiência conquistados até a atualidade. No ano de 1988 foi promulgada a Constituição Federal ainda em vigor, essa que, na época, foi chamada de “Constituição Cidadã”, por incluir, em seu discurso, os direitos das pessoas antes marginalizadas, como as pessoas com necessidades especiais.

O inciso III do Art. 208 da Constituição Federal diz que “o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”.

Em 1994, foi assinado a declaração de Salamanca, um documento elaborado durante a Conferência Mundial sobre Educação Especial, em Salamanca, na Espanha, que definiu diretrizes básicas para a formulação e reforma de políticas dos sistemas educacionais sob o viés da inclusão social. Segundo o documento,

O princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças deveriam aprender juntas, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter. As escolas inclusivas

devem reconhecer e responder às diversas necessidades de seus alunos, acomodando tanto estilos como ritmos diferentes de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de currículo apropriado, modificações organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parcerias com a comunidade (...) Dentro das escolas inclusivas, as crianças com necessidades educacionais especiais deveriam receber qualquer apoio extra que possam precisar, para que se lhes assegure uma educação efetiva (...).

O objetivo da educação inclusiva é que as redes atendam com qualidade e incluam, nas classes comuns do ensino regular, os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Ainda neste contexto, Fonseca (1995, p.202), declara que:

A inclusão subentende uma ação em prol dos direitos humanos e cívicos, tende a modificar a essência e a estrutura da própria escola. A escola terá de adaptar-se a todas as crianças, ou melhor, a variedade humana. Como instituição social não poderá continuar a agir no sentido de escorraçar ou segregar aqueles que não aprendem como os outros, sob pena de negar a si própria.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), parágrafo terceiro, “a oferta da educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a cinco anos, durante a educação infantil.” Portanto, é desde a educação infantil que o ANEE tem assegurado seus direitos a uma educação de qualidade, que englobe todas as suas especificidades.

A flexibilidade do currículo é um dos direitos dos ANEEs, adequando-o às possibilidades desses alunos. Essa adequação acontece de maneiras variadas, individualmente, dependendo das necessidades de cada ANEE. Há, ainda, a possibilidade de seguir o mesmo currículo dos demais alunos. Cabe ao professor elaborar a flexibilização, e selecionar os melhores métodos e estratégias, para que o ANEE desenvolva suas potencialidades. Não se trata de tirar conteúdos a serem trabalhados ou de reduzi-los pura e simplesmente e, sim, de adequá-los, com ajustes por meio de estratégias de ensino e procedimentos diferenciados, bem como instrumentos avaliativos diversificados.

1.3. AVALIAÇÃO ESCOLAR DOS ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS: O QUE DIZ A LEGISLAÇÃO

A Lei Distrital nº 3.218/2003 determina que todas as escolas públicas do Distrito Federal serão inclusivas, assegurando, assim, que os Alunos com Necessidades Educacionais Especiais (ANEES) tenham garantidos seus direitos a uma educação de qualidade que contemple e resguarde todas as suas especificidades. A escola deverá, portanto, buscar meios para que as etapas da escolarização melhor se adequem à especificidade de cada um desses alunos. A avaliação da aprendizagem é uma etapa que se apresenta como importante ferramenta para o desenvolvimento dos ANEEs. De acordo com as Diretrizes de Avaliação Educacional da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (2014-2016),

A avaliação da aprendizagem de estudantes com necessidades educacionais especiais é elemento basilar no assessoramento e no acompanhamento da escolarização nas classes comuns, para a garantia da competência curricular desse estudante, tendo como referência a proposta curricular do ano escolar em que está matriculado. Realizar tal avaliação se tem caracterizado como um processo complexo devido às especificidades dos grupos de estudantes atendidos nessa modalidade. Definir diretrizes para a avaliação da aprendizagem considerando as diversidades desses grupos e de suas nuances intergrupos requer apropriação do currículo em curso, habilidade em desenvolver propostas de adequações curriculares, compromisso e conhecimentos pedagógicos para conduzir o processo de ensino-aprendizagem. (SEE/DF, 2014/2016, p. 21).

A avaliação formativa auxilia o ANEE, contribuindo para que essa inclusão aconteça, por ser um mecanismo promotor de ações inclusivas, essas que devem estar presentes em todos os espaços da escola, desde o primeiro acesso do estudante a esse contexto.

Avaliar as condições de aprendizagem do estudante com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, numa perspectiva inclusiva, significa apoiar o processo de ensino-aprendizagem desses estudantes no projeto político-pedagógico da escola. Deste modo, pretende-se garantir a intencionalidade no processo de ensinar e aprender, empreendida para além das necessidades educacionais especiais evidenciadas. É necessário, portanto, que se consiga antever para planejar as situações

de oferta e garantia das aprendizagens. Isso diz respeito ao processo formativo da avaliação.” (SEE/DF, 2014/2016, p.)

O art. 31 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - 9.394/96, na Seção II, da Educação Infantil (BRASIL, 1996), diz que “a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental”.

A observação e o registro são aliados fundamentais do professor durante o processo de avaliação dos ANEEs da Educação Infantil. Observar sistematicamente, registrar cada observação, desempenho, regressão, acompanhar processual e constantemente, contribuirá para que essa avaliação aconteça de um modo satisfatório e real. Nesse sentido, no documento produzido pelo Grupo de Trabalho instituído pela Portaria número 1.147/2011, do Ministério da Educação,

[...] as observações e registros devem ser contextualizados, isto é, tomando as crianças concretas, em suas histórias de vida, seus ambientes sociais e culturais e coconstrutoras de um processo dinâmico e complexo de desenvolvimento pessoal e social. Variados devem ser os registros, tais como a escrita, a gravação de falas, diálogos, fotografias, vídeos, os trabalhos das crianças etc. As professoras anotam, por exemplo, o que observam, as impressões e ideias que têm sobre acontecimentos; descrevem o envolvimento das crianças nas atividades, as iniciativas, as interações entre as crianças etc. E usam esses registros para refletir e tirar conclusões visando aperfeiçoar a prática pedagógica.” (BRASIL, 2012, p. 14)

Importante frisar que a promoção dos alunos não faz parte dos objetivos da avaliação na Educação Infantil, o que se torna um ponto facilitador para que a avaliação aconteça de modo formativo, não sendo utilizada para finalidades seletivas e nem classificatórias. “O objetivo da avaliação é melhorar a forma de mediação do professor para que o processo de aprendizagem alcance níveis sempre mais elevados” (BRASIL, 2012).

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009), as creches e pré-escolas devem planejar formas de avaliação para o acompanhamento do trabalho pedagógico e a avaliação do desenvolvimento da criança. Nesse sentido, a avaliação diagnóstica apenas contempla o ingresso da criança NEE na instituição de ensino, não tendo embasamento suficiente para avaliar e acompanhar o progresso do seu desenvolvimento no período escolar.

A avaliação da criança, deverá ser realizada sempre em relação ao desenvolvimento dela mesma, jamais em comparação com a aprendizagem das outras crianças. Segundo o Currículo em Movimento da Educação Infantil da SE/DF (2014), o professor deve, além de observar o desenvolvimento, as expressões, e a construção do pensamento, identificar os interesses e as potencialidades da criança, para que possa construir um planejamento adequado ao momento em que a criança vive.

“A avaliação ocorre permanentemente e nunca como ato formal de teste, comprovação, atribuição de notas e atitudes que sinalizem punição” (BRASIL, 2012).

2. METODOLOGIA

A presente pesquisa é de natureza qualitativa, do tipo exploratória e descritiva. A escolha pela pesquisa qualitativa se deu pelo fato de a pesquisadora entender a realidade como algo que é socialmente construído e, que por esse motivo, não pode ser apreendida e expressada por meio de estudos quantitativos, cujos pressupostos são mais objetivos e gerais. Segundo Flick (2009), essa natureza de pesquisa é de particular relevância ao estudo das relações sociais devido à pluralização das esferas da vida. Essa pluralização exige uma nova sensibilidade para o estudo empírico das questões.

2.1. Contexto da pesquisa e os sujeitos participantes

A) Espaço da pesquisa

A pesquisa foi realizada em sete escolas do Distrito Federal, sendo seis escolas da rede pública de ensino, e uma da rede privada. Além das escolas, o questionário foi aplicado, também, no Facebook, em um grupo de professores do Distrito Federal com 11.109 participantes, onde apenas cinco professores responderam.

B) Sujeitos da pesquisa

Professores atuantes da Educação Infantil que tenham, no momento da pesquisa, ANEEs em suas respectivas salas de aula.

C) Instrumentos e materiais

Foram utilizados como instrumentos e materiais de pesquisa: Ferramenta “Formulários do Google”, questionário aberto, papel, caneta, gravador de voz do celular.

O estudo foi desenvolvido com a coleta de dados obtidos por aplicação de um questionário aberto, com 10 perguntas. Na elaboração do questionário, procurou-se

investigar como os ANEEs são avaliados na Educação Infantil, desde a formação do professor que a realizará até os impactos da mesma no desenvolvimento desse grupo de estudantes. A problemática se deu a partir da vivência da pesquisadora durante os estágios realizados em escolas e sua inquietação diante do tema.

O questionário aberto foi escolhido por ser um meio facilitador da expressão do sujeito. Segundo González Rey (2005), o questionário representa um sistema de indutores pensados em seu conjunto para facilitar a expressão da maior quantidade de informações possível por parte do sujeito, que é obtida por meio de perguntas que possam ter um caráter complementar na expressão da informação sobre o estudado.

2.2. Procedimentos para construção dos dados

Os dados da pesquisa, assim como as informações sobre os sujeitos foram obtidas por meio de um questionário aberto e também por meio de entrevista. Em relação ao questionário, foi aplicado por duas vias: Uma que foi entregue aos sujeitos, e a outra foi por meio da internet com a ferramenta “Formulários do Google”. As primeiras questões são acerca do perfil do sujeito, seguidas de perguntas gerais a específicas.

Antes de ser entregue o questionário, foi explicado aos participantes que eles não seriam identificados e que os dados subsidiariam a presente pesquisa, que contribuiriam para análise de como estão sendo realizadas as avaliações dos ANEEs na Educação Infantil do Distrito Federal.

Além do questionário aplicado a professores da Educação Infantil, foi realizada uma entrevista com uma professora dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, pois foi visto que as experiências e relatos dessa entrevistada teriam muito a contribuir com o estudo. A referida professora trabalhava há quase dez anos com ANEEs, e tornou-se referência para muitas alunas da Universidade de Brasília.

3 ANÁLISE DE DADOS

Começo essa análise com o questionário enviado por meio da ferramenta Formulários Google com o qual obtive dez respostas e com o mesmo questionário que foi entregue em mãos a uma professora da rede privada, como também será feito um cruzamento de dados com a entrevista realizada com uma professora especialista em ANEEs da Secretaria do Estado de Educação do Distrito Federal (SEDF). As participantes serão identificadas de acordo com a letra "P" (Professora), seguida de números correspondendo a cada uma. A única professora da rede privada é a P11. Para a professora especialista será designada a sigla PE (Professora Especialista).

CARACTERÍSTICAS DOS RESPONDENTES

Inicialmente, os sujeitos participantes responderam sobre características pessoais e profissionais, com o objetivo de levantar um perfil dos respondentes. Cada respondente é de uma escola diferente, todas são do sexo feminino, sete tinha de 20- 40 anos de idade, quatro tinha de 41-50, e uma tinha mais de 50. Formadas em Pedagogia eram 11 e uma tinha o Magistério. Com relação à formação específica, sete possuíam, em diversas áreas, sendo elas: Psicopedagogia, Orientação Educacional, Fonoaudiologia, Educação Infantil, Gestão Escolar, em Clínica Interdisciplinar do Transtorno Mental da Criança e do Adolescente, em Ensino Estruturado *Teacch*, em Literatura Brasileira e mestrado em Psicologia. Entre as participantes, seis trabalham há mais de seis anos na Educação Infantil.

ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

A primeira questão respondida no questionário e também na entrevista foi: "Qual sua opinião sobre inclusão na Educação Infantil?" Em 11 respostas, as palavras "essencial" e "importante" apareceram:

P1: "De grande dificuldade por conta da formação dos professores, porém de alta valia aos alunos. Quando inclusos nessa idade, se desenvolvem com mais rapidez."

P2: *“Necessária para o respeito e a valorização das pessoas.”*

P3: *“Necessária, porém com olhar diferente para a redução da quantidade da turma, respeitando a necessidade de cada uma.”*

P4: *“Muito importante, quanto mais cedo esses alunos são incluídos podem se desenvolver melhor e é possível trabalhar com os outros alunos desde cedo e de maneira mais concreta o respeito, a inclusão.”*

P5: *“Necessária e importante.”*

P6: *“A inclusão é de suma importância. Deve acontecer com muito cuidado e responsabilidade, é um processo que deve contar com a participação de toda equipe gestora.”*

P7: *“Necessária e inevitável pois todas as pessoas devem ser tratadas tendo suas necessidades atendidas.”*

P8: *“Essencial para uma nova concepção de sociedade. A Inclusão deve se começar o quanto mais cedo melhor.”*

P9: *“Acredito que seja primordial que a inclusão aconteça na Educação Infantil de uma forma natural e com todo o suporte necessário ao professor e para o aluno!”*

P10: *“A inclusão é muito importante. Entendo que todas as crianças são únicas, e uma limitação não pode simplesmente excluí-las do convívio social.”*

P11: *“Acredito ser importante e um diferencial na vida da criança com necessidades especiais.”*

PE: *“A inclusão é boa. Acho que todas as pessoas têm que conviver com seus pares. Porém a inclusão, ela deveria ser bem-feita, o que não ocorre atualmente. É claro que a gente entende que a inclusão é um processo novo, e que a gente está caminhando para que a inclusão torne-se efetiva, torne-se verdadeira. Hoje temos uma pseudo-inclusão. Porque primeiro que os professores eles não são preparados para receber essas crianças com necessidade especial, isso estou falando da rede pública que é o que eu tenho conhecimento, não tenho condição de falar do ensino privado, mas o que ouço é que é ainda pior que a rede pública. E o professor tem turmas muito grandes, e ele não contempla nem as crianças típicas, quanto mais as crianças com necessidade especial.”*

Percebe-se que a grande maioria das professoras respondentes entendiam a inclusão como um processo necessário na educação escolar. Importante também para que os alunos que não possuíam necessidades educacionais especiais poderiam aprender a conviver com as diferenças e a respeitar as limitações do próximo.

Na fala da P11, verificamos que havia a visão de que a inclusão era algo bom para os ANEEs. Importante esclarecer que a educação inclusiva é bom não somente para os ANEEs e, sim, para todos. Confirmando a fala da PE, quando diz que hoje temos uma “pseudo-inclusão”, pois os professores não estão preparados para receber as crianças NEEs.

Incluir é necessário, primordialmente para melhorar as condições da escola, de modo que nela se possam formar gerações mais preparadas para viver a vida na sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras. Não podemos contemporizar soluções, mesmo que o preço que tenhamos de pagar seja bem alto, pois nunca será tão alto quanto o resgate de uma vida escolar marginalizada, uma evasão, uma criança estigmatizada sem motivos. (MANTOAN, 2003, p.30).

Nessa pergunta, onde as participantes ficaram livres para dizer sobre o que queriam a respeito da inclusão, percebe-se nas falas da P1, da P3 e da PE algumas das dificuldades enfrentadas nesse processo, dizem respeito a formação dos professores e da grande quantidade de alunos por turma.

A legislação brasileira não define um número limite de alunos por sala, deixando livre para cada região definir o que for melhor para a realidade de suas escolas. Porém, existe um parâmetro esperado, de acordo com o documento Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (2006):

[...] A resolução que instituiu essas diretrizes foi precedida por um parecer que trata de várias questões relativas à qualidade (Parecer CNE/CEB nº 22/98, de 17/12/98). Por exemplo, na relação adulto — criança, indica a seguinte proporção: • 1 professor para 6 a 8 bebês de 0 a 2 anos ; • 1 professor para cada 15 crianças de 3 anos; • 1 professor para cada 20 crianças de 4 a 6 anos. (BRASÍLIA, 2006, p.34)

No Distrito Federal, há o documento “Estratégia de Matrícula”, onde essas e outras questões são definidas:

Quando houver matrículas de crianças com Deficiências ou TGD/TEA nas Instituições Educacionais Parceiras com atendimento em prédio próprio, haverá redução de até 10% no quantitativo de estudantes, na turma em que essa criança estiver matriculada. d.4.1) No caso de Parceria ou Contrato de gestão dos CEPI ou nas Instituições Educacionais Parceiras que atendem em prédio próprio, a redução de 10% (dez por cento) será apenas nas turmas de 1º e 2º período. (BRASÍLIA, 2016, p.11).

Outra dificuldade apresentada pelas professoras é a formação dos professores, que é um quesito indispensável para a efetiva inclusão, pois além dos recursos materiais, “[...] há a necessidade de investir em recursos humanos – como professores para o exercício da docência na sala de recurso multifuncional, além de guias-intérpretes, tradutores e intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (Libras) e outros.” (BATISTÃO, 2015, p. 2). Veremos com a análise da questão seguinte a opinião das professoras acerca dessa formação docente.

Quando questionadas sobre a formação dos professores para atuar com os ANEEs, todas as participantes responderam em unanimidade ser fundamental uma boa formação:

P1: “Necessária, com ênfase também na graduação.”

P2: “Indispensável.”

P3: “Sempre a formação é importante.”

P4: “Completamente necessária, a maior parte dos professores que trabalham com educação infantil (na minha escola) fogem de turmas inclusivas por medo, não sabem lidar com alunos ANEEs.”

P5: “A formação é fundamental.”

P6: “Essa formação é fundamental. A secretaria disponibiliza curso de formação continuada. E a coordenação e equipe gestora também tem essa formação para dar suporte para os novos professores que ingressam na rede.”

P7: “Necessária mas não deve ser condição para trabalhar com alunos com necessidades educacionais especiais.”

P8: “A Formação é essencial, no entanto, a formação continuada é mais eficaz que uma formação prévia. Aliar teoria e prática é sucesso garantido.”

P9: “A formação deve acontecer já nas universidades, já que a inclusão é uma realidade em nossas Escolas Públicas. E a formação continuada precisa ser obrigatoriamente exercido pelos professores na ativa.”

P10: “É fundamental. Um professor bem preparado poderá encaminhar melhor seus alunos.”

P11: “Hoje em dia vemos os professores buscando cada vez mais se capacitarem. Também, nunca vamos ser conhecedores de tudo. Acredito na busca de aprender mais quando nos deparamos com os ANEEs.

PE: “Eu particularmente faço muitos cursos que eu procuro, que eu pago. A Secretaria de Educação também nos proporciona formação continuada por intermédio da EAPE, então todo ano tem cursos nessa área de educação especial, mas eu só posso fazer um. Como a minha demanda é grande, porque o autismo até hoje ninguém sabe a etiologia, temos muitas pesquisas, mas que não temos algo conclusivo. Então quanto mais eu aprendo mais posso oferecer ao meu aluno, o avanço, que pra ele o tempo é fundamental pois como é transtorno do desenvolvimento, um dia a mais, um dia a menos conta. E a gente observa o currículo que é ofertado na pedagogia, ele não contempla essas dificuldades de aprendizagem, a parte da deficiência. E eu percebo isso porque como sou supervisora do PIBID - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência, eu recebo as alunas da pedagogia que vêm pra cá, que têm interesse em conhecer o público autista. E eu percebo que elas chegam sem saber realmente nada e tem a oportunidade. Aí fico imaginando se essas futuras educadoras pegarão turmas heterogêneas, como ela vai trabalhar com esse aluno, quais as

abordagens que ela vai utilizar pra atender esse aluno de forma que contemple as especificidades dele, do quadro dele.”

É notório que a formação dos professores tornou-se quesito essencial para que a inclusão aconteça de forma efetiva. Em defronte a esse contexto, Rodrigues e Lima-Rodrigues (2011) acreditam que seja necessário uma reforma na educação:

Existe um grande consenso sobre a necessidade de investir na formação de professores para que se possam desenvolver modelos inclusivos na Educação. A Educação Inclusiva deve ser entendida como uma reforma educacional que, para se realizar, necessita que os professores sejam formados em modelos de ensino e comunicação diferentes dos modelos tradicionais. (RODRIGUES e LIMA-RODRIGUES, 2011, p. 41)

Diante desse contexto, a formação continuada para os professores atuantes na educação inclusiva é parte importante do processo. A SEDF disponibiliza vários cursos de formação continuada por meio da EAPE (Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais de Educação), e em algumas escolas da rede privada também há essa preocupação, onde vários cursos são ofertados, um exemplo é a escola em que a P11 atua. Abaixo alguns cursos ofertados pela EAPE no ano de 2017 que envolvem ANEEs e/ou avaliação e Educação Infantil:

- A Deficiência Intelectual na Educação Inclusiva – Reflexões sobre o fazer pedagógico – 80 h
- AEE ao Estudante com Altas Habilidades e Superdotação – 80h
- Alfabetização Braille – 60h
- Avaliação Funcional da Visão e Psicopedagógica para Estudantes com Deficiência Visual – 60h
- Avaliação para as Aprendizagens – 120h
- Conhecendo o Transtorno do Espectro Autista – 180h
- Contribuições da Psicologia e Implicações na Educação Infantil: Práticas Criativas no Cuidado Consigo e com o Outro – 120h

A PE aponta que apesar dos cursos realizados através da EAPE, procura fazer alguns por iniciativa própria, o que demonstra um exemplo de compromisso com a sua

formação e consequente educação e aprendizagem dos seus alunos. De acordo com Nóvoa (1992),

A formação deve estimular uma perspectiva crítico-reflexiva, que forneça aos professores os meios de um pensamento autónomo e que facilite as dinâmicas de auto-formação participada. Estar em formação implica um investimento pessoal, um trabalho livre e criativo sobre os percursos e os projectos próprios, com vista à construção de uma identidade, que é também uma identidade profissional. (NÓVOA, 1992, p. 13).

E a formação ainda na graduação, está sendo realizada de forma que contemple essa demanda que a educação inclusiva requer? As respondentes P1, P9 e PE acreditam ser fundamental uma boa formação na graduação, pois resultará em um ensino de qualidade. Observa-se na resposta da entrevistada PE, que em sua experiência como supervisora do PIBID, as alunas do curso de Pedagogia chegam despreparadas, porém curiosas para aprender mais sobre a prática. Destacando a importância de aliar a teoria à prática, e a necessidade de abrir espaços para que os graduandos vivenciem o aprendizado de sala de aula. Programas como o PIBID beneficiam não somente aos graduandos, como também aos professores atuantes, já que,

O aprendizado do ensinante ao ensinar se verifica na medida em que o ensinante, humilde, aberto, se ache permanentemente disponível a repensar o pensado, rever-se em suas posições; em que procura envolver-se com a curiosidade dos alunos e os diferentes caminhos e veredas que ela os faz percorrer. Alguns desses caminhos e algumas dessas veredas, que a curiosidade às vezes quase virgem dos alunos percorre, estão grávidas de sugestões, de perguntas, que não foram percebidas antes pelo ensinante. (FREIRE, 1997, p. 19).

Analisando os currículos do curso de Pedagogia de algumas Faculdades do DF, escolhidas de modo aleatório, nota-se que é comum disciplinas que versam sobre a inclusão:

194280	ADM DAS ORGAN EDUCATIVAS	003 001 000 004	AC
191329	ANTROPOLOGIA E EDUCACAO	004 000 000 002	AC
194571	APREND E DESENV DO PNEE	002 002 000 001	AC
194794	AVALIAÇÃO ORG EDUCATIVAS	002 002 000 000	AC
192015	DIDÁTICA FUNDAMENTAL	002 002 000 004	AC
192457	EDUCAÇÃO EM GEOGRAFIA	002 002 000 004	AC

1º SEMESTRE			
Inclusão e Participação Social	60		60
Informática Básica	60		60
Língua Portuguesa 1	60		60
Sociologia E Sociedade Brasileira	60		60
Filosofia , Ética e Relações Étnicas Raciais	60		60
Leitura e Produção de Textos Acadêmicos	60		60
Total semestral	360	0	360

Faculdade 2

5ª	26	GVNBE001	EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA E COMUNICAÇÃO			4	45	15	0	60
5ª	27	GPE08017	HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA, INDÍGENA E CIGANA			4	45	15	0	60
5ª	28	GPNFL002	ESTÁGIO SUPERVISIONADO 1 - GESTÃO ESCOLAR	20		4	0	60	0	60
5ª	29	GPE08009	EDUCAÇÃO ESPECIAL E SUAS INTERFACES	14		4	45	15	0	60
5ª	30	GPE08018	LUDICIDADE E LINGUAGENS: ARTES CÊNICAS E VISUAIS			4	15	15	30	60
6ª	31	GPNFG007	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS			4	45	15	0	60
6ª	32	GPE08006	EDUCAÇÃO E LITERATURA INFANTOJUVENIL			4	45	15	0	60

Faculdade 3

FILUSOFIA	60 hr/a
LUDICIDADE, CORPOREIDADE E MOVIMENTO	60 hr/a

SÉRIE 4

Disciplina / Atividades Complementares	Carga Horária
DIDÁTICA	60 hr/a
EDUCAÇÃO INCLUSIVA	60 hr/a
LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS	60 hr/a
PLANEJAMENTO EDUCACIONAL E DE ENSINO	60 hr/a

SÉRIE 5

Disciplina / Atividades Complementares	Carga Horária
CONTEÚDOS E MÉTODOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	60 hr/a
FUNDAMENTOS DA LÍNGUA PORTUGUESA	60 hr/a
SOCIOLOGIA	60 hr/a

Faculdade 4

Em cada currículo analisado, uma disciplina que contempla a inclusão é ofertada como obrigatória. Mas o campo da educação inclusiva é tão vasto que apenas 60h do total de um curso de graduação não é o suficiente, reforçando a ideia de repensar o currículo de Pedagogia, bem como a importância da formação continuada.

A formação de professores deve ser concebida como uma das componentes da mudança, em conexão estreita com outros sectores e áreas de intervenção, e não como uma espécie de condição prévia da mudança. A formação não se faz antes da mudança, faz-se durante, produz-se nesse esforço de inovação e de procura dos melhores percursos para a transformação da escola. É esta perspectiva ecológica de mudança interactiva dos profissionais e dos contextos que dá um novo sentido às práticas de formação de professores centradas nas escolas. (NÓVOA, 1992, p. 17)

A terceira questão versava sobre o que falta para que a inclusão na Educação Infantil seja realmente efetiva. A maioria das respostas envolviam a formação dos educadores e também a falta do apoio da instituição de ensino aos professores, bem como do apoio do Estado de Governo.

P1: “Colaboração de todos os envolvidos e formação profissional. As adaptações também são necessárias, para que o aluno se sinta acolhido.”

P2: “Que ela não apenas inclua no sentido de matricular a criança e sim que as crianças com necessidades interajam com as outras crianças.”

P3: “O olhar dos governantes com respeito para a criança, professor e a escola.”

P4: “Mais cursos na EAPE; mais incentivo para que professores façam; mais atitude em buscar formação dos professores.”

P5: “O educador entender a importância dessa inclusão e a formação.”

P6: “Aqui na nossa escola a inclusão acontece de forma efetiva. Claro que sempre temos que buscar melhorias e melhor qualidade de trabalho.”

P7: “Aceitarmos que todos os alunos são, antes de tudo, pessoas.”

P8: “Conscientização por parte dos professores e maior apoio do Estado /sistema.”

P9: “Estudos por conta dos profissionais da educação, maior responsabilidade dos nossos governantes para que a inclusão seja efetivamente realizada.”

P10: “Falta interesse dos profissionais da educação em se formar para trabalhar com esses alunos.”

P11: “As instituições proporcionarem o apoio em todos os sentidos para o seu profissional e estudante.”

PE: “Olha, primeira coisa que acho que deveria existir é a formação do professor que vai receber essa criança, porque o assunto é muito complexo, ele começaria pela revisão do currículo de pedagogia, que hoje pouco contempla sobre necessidade especial, e eu nem vou dizer sobre os transtornos funcionais, que é o caso da hiperatividade, que não é considerado deficiência, e outras dificuldades de aprendizagem que as crianças apresentam. Além da formação dos professores faltam também políticas públicas, classes menores, mais condição de material de estudo de formação continuada para o professor que já está atuando.”

É possível perceber que, mais uma vez, as respondentes deram ênfase para a formação dos profissionais de educação. Portanto, destacamos a importância desse quesito para a real efetividade da Educação Inclusiva. A formação a que nos referimos diz respeito não só à acadêmica mas, também, a pessoal, pois é importante também a formação de valores, a conscientização que envolve a educação inclusiva, a exemplo das falas da P7 e da P8. Sobre esse assunto, Serra (2006) aponta

[...] A necessidade de recursos humanos devidamente capacitados para atuar em classes inclusivas implica não só o conhecimento a respeito das especificidades da deficiência com a qual se vai trabalhar, mas também uma reflexão crítica acerca do sentido da educação e de suas finalidades. (SERRA, 2006, p. 36).

Para algumas respondentes, era imprescindível também o apoio da instituição, assim como do Estado, com a implantação de políticas públicas para a efetivação da Educação Inclusiva. O apoio ao professor tanto dentro da escola como fora dela é fundamental para que a educação inclusiva seja efetiva. Sobre o apoio familiar, relatou a PE: *“Tem famílias que tem problemas. Quando você pega uma criança com necessidades especiais a família também tem um adoecimento, para os pais não é fácil o enfrentamento dessa deficiência. Isso de lidar, porque ela compromete muito a parte da interação social, muitos pais têm dificuldade de sair, tem compromete muito a questão do sono, tem criança que toma banho a noite inteira, outras choram a noite inteira, normalmente o sono é comprometido e dá uma desestruturada na família, mas geralmente aqui na escola a gente tem um apoio muito grande e aquela família que é mais difícil a gente acolhe essa família, abraça essa família porque ela tá precisando da gente.”*

A família compõe a rede de apoio como a instituição primeira e significativamente importante para a escolarização dos alunos. É a fonte de informações para o professor sobre as necessidades específicas da criança. É essencial que se estabeleça uma relação de confiança e cooperação entre a escola e a família, pois esse vínculo favorecerá o desenvolvimento da criança. (ALONSO, 2013, p. 8). Segundo a Declaração de Salamanca (1994),

Para crianças com necessidades educacionais especiais uma rede contínua de apoio deveria ser providenciada, com variação desde a ajuda mínima na classe regular até programas adicionais de apoio à aprendizagem dentro da escola e expandindo, conforme necessário, à provisão de assistência dada por professores especializados e pessoal de apoio externo. (Declaração de Salamanca, 1994).

Os ANEEs não devem ser vistos como responsabilidade somente do professor, mas de todos os envolvidos no processo educacional. A gestão escolar deve organizar momentos para que os professores possam manifestar suas dúvidas e angústias. É importante, também, o acompanhamento de profissionais de saúde, como fisioterapeutas e psicopedagogos, que darão suporte e encaminharão melhores maneiras para que as necessidades sejam atendidas. (ALONSO, 2013).

O educador conta, também, com o Atendimento Educacional Especializado (AEE), mais um direito conquistados pelos ANEEs. O aluno participa do AEE no turno contrário às aulas. O decreto nº 6.571/08, dispõe sobre o apoio técnico e financeiro da União aos sistemas públicos de ensino nos estados, Distrito Federal e municípios para ampliar a oferta do atendimento educacional especializado. O parecer nº 13/2009, que regulamenta o decreto mencionado, diz que:

Art. 2º. O AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem; Parágrafo Único. Para fins destas Diretrizes, consideram-se recursos de acessibilidade na Educação aqueles que asseguram condições de acesso ao currículo dos alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, promovendo a utilização dos materiais didáticos e pedagógicos, dos espaços, dos mobiliários e equipamentos, dos sistemas de comunicação e informação, dos transportes e dos demais serviços. (CNE/CEB, 2009, p. 1).

Ao serem questionadas sobre como acontece o trabalho com os ANEEs nas instituições em que atuam, as respondentes relataram:

P1: “Regular, está sendo o primeiro ano em que a escola recebe aluno com necessidades educacionais especiais.”

P2: “Assim como os demais, de acordo com suas potencialidades e necessidades.”

P3: “Atualmente é feita adaptação curricular e algumas salas tem monitora para o auxílio do dia a dia.”

P4: “Têm turmas especiais e turmas inclusivas. Mas das 9 turmas de educação infantil, apenas 1 é inclusiva.”

P5: “O atendimento na instituição é voltado especificamente para eles, é realizada avaliação inicial e todo o planejamento é desenvolvido de acordo com às necessidades observadas.”

P6: “É um trabalho feito com muita responsabilidade, consta na nossa proposta pedagógica. Temos sala de recurso com um profissional capacitado para atender a demanda e orientar os professores.”

P7: “O atendimento é inclusivo, mas ainda lidamos com a dificuldade de aceitarmos as pessoas como elas são realmente.”

P8: “Eficaz.”

P9: “O trabalho de socialização com seus pares, incentivar a independência do aluno, que ele se conheça como parte integrante da sociedade em que vive. E o brincar em todos os momentos para que possamos alcançar todos os objetivos citados.”

P10: “É bom, mas poderia ser melhor. Nas salas que tem aluno especial, tem menos alunos, pra que o professor possa trabalhar melhor. O currículo é adaptado de acordo com aquele aluno.”

P11: “Currículo adaptado e um profissional a mais para atender às necessidades.”

PE: “Fazemos um plano pedagógico de cada aluno. Então fazemos relatório semestral, para não ficar repetitivo, mas temos reuniões bimestrais com os pais. Tem que haver um caminhar junto com a família. Essas crianças elas são atendidas por equipes multidisciplinares: Psicólogos, psicopedagogos junto com a família e isso continua porque o aluno aprende aqui e continua lá em casa principalmente nessa parte de modulação de comportamento, parte comportamental.”

Nota-se que as escolas vêm incentivando seus educadores e ensinando seus educandos a conviver com as diferenças, e respeitá-las. Apesar de ainda identificarmos dificuldades nesse processo através de falas como da P7 e da P10. Nesse sentido, ainda há muito o que transformar no meio da educação. Requer trabalho e dedicação mudar o

pensamento das pessoas para um novo olhar sobre o humano, um olhar que enxerga cada um como ser único, e não o restringe às suas limitações.

Não se trata de gerar uma perigosa cultura de tolerância à diferença, onde, a partir de um lugar de poder, se outorga ao diferente, uma permissão ou licença para pertencer a um grupo ou instituição privilegiada, mas de construir uma cultura inclusiva, na qual se respeita o direito à diferença, direcionando-se à igualdade de oportunidades e à adequação social e educativa. (BORSANI, 2014)

Em relação ao que foi citado por algumas das respondentes, a adaptação curricular, se tornou um direito dos ANEEs, e um aliado essencial na inclusão dos mesmos. Estas adequações específicas pretendem articular a proposta curricular com o sujeito que for aprender, incluindo recursos, estratégias e intervenções às quais se recorre, tanto para ensinar quanto para avaliar. (BORSANI, 2014). O item 7 do Capítulo I da Declaração de Salamanca (1994) diz que as escolas

[...] devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade à todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades.

Outro direito dos ANEEs citado por P3 e P11 é o acompanhamento de um monitor (Art. 208, inciso III da Constituição Federal de 1988). Apesar de não ser uma realidade em todas as salas com ANEEs, como na instituição em que atua a P3, de acordo com seu relato.

Na questão 5, as professoras revelaram como avaliam seus alunos. Foi questionado também se elas contam com o apoio das respectivas escolas nessa etapa, ao que responderam:

P1: “Sim, mas deve haver parceria com unidade de saúde.”

P2: “Não acredito que uma avaliação determine a potencialidade de cada um. É preciso respeitar o limite de cada um.”

P3: “Sim. Com auxílio de monitor as vezes no dia a dia. E sala de recursos orienta quanto ao tratamento pedagógico a ser feito em sala.”

P4: (não respondeu)

P5: “A avaliação é feita pelo professor de Atividades e pelo professor de Educação Física, quando necessário o SEAA (Serviço Especializado de Apoio a Aprendizagem) também participa.”

P6: “São crianças que necessitam de um acompanhamento mais de perto, adaptação curricular adequada e materiais adaptados. Contamos com o apoio de toda a equipe.”

P7: “Avalio a partir deles mesmos. Observando seus desempenhos e oferecendo mediações necessárias para a aprendizagem e desenvolvimento dos mesmos.”

P8: “A avaliação é processual e contínua. Sim, tem apoio.”

P9: (não respondeu)

P10: “Avalio de forma gradual. E sempre em relação a ele mesmo. Não comparo o desenvolvimento dele com o desenvolvimento dos demais. A escola apoia sim. Quando sinto alguma dificuldade recorro à equipe da gestão, e também aos demais professores.”

P11: “Acredito no potencial dos meus alunos e busco caminhos para ajuda-los a vencer etapas. Conto sim, até porque a instituição está com planos para melhorar a cada dia.”

PE: “Olha, essa avaliação é uma avaliação contínua, ela é processual. [...] a gente avalia a todo momento, porque nós precisamos de saber quais são as competências e habilidades que ele vai alcançando para que a gente possa ir avançando no ensino, tanto na parte pedagógica quanto na parte adaptativa. Aqui trabalhamos com eles não só a parte pedagógica, quanto a parte comportamental, pois eles têm realmente uma disfunção mesmo nessa parte comportamental. Então muitos chegam com comportamento inadequado, eles têm muita dificuldade em relação ao barulho, em relação a parte visual, quando tem muito estímulo visual ele se desorganiza. Eles têm dificuldade na linguagem e na parte social também. Então avaliamos a todo momento para saber até qual o próximo passo que a gente vai planejar praquele aluno. Também a gente avalia essa parte da generalização do conhecimento adquirido aqui na escola, porque eles necessitam do espaço do meio pra que a aprendizagem seja generalizada. A gente vai ao mercado fazer compras para fazer a cozinha experimental [...] Então vamos proporcionando ao aluno a prática em ambientes que não seja aqui dentro da escola [...]. Vou falar em relação ao que eu conheço, que é no âmbito da educação especial. O que acontece é o seguinte, os coordenadores, não são todos que tem essa formação para nos apoiar na parte pedagógica. Então o professor tem que ir atrás da sua formação continuada. Mas tenho o apoio da escola.

É possível identificar que a maioria das professoras contam com o apoio das instituições em que atuam. Como visto anteriormente (questão 3), o apoio ao professor tanto dentro como fora do ambiente escolar é imprescindível. Fazem parte do apoio: a comunidade escolar, a família, os profissionais de saúde, e o AEE. Esse suporte é importante, pois

O compromisso paulatino de instituições educativas convocadas para o desafio da Inclusão Educacional permite que muitos alunos com dificuldades motoras, perceptivas, de linguagem ou de estruturação subjetiva e/ou cognitiva, incluídos na ampla categoria da deficiência, hoje possam cursar sua educação em aulas regulares, o que representa um enriquecimento para toda a comunidade educativa. (BORSANI, 2014, p. 1)

Além disso, percebe-se na fala da PE, o cuidado realizado que é substancial para com os ANEEs. Alguns alunos precisam da sondagem, assim como da avaliação, fora do contexto escolar, para que se perceba a real efetivação de um determinado aprendizado. É preciso oferecer ao aluno situações que dê a ele oportunidades de demonstrar os comportamentos desejados. (SANT'ANNA, 2010, p. 27).

E para que esse processo aconteça, é preciso que a comunidade escolar esteja envolvida, pois é difícil o professor, sozinho, conseguir realizar tarefas como as descritas pela PE, a exemplo ir ao mercado e shoppings centers.

Para que ocorra a inclusão, faz-se necessário mais, muito mais, [...] Mazzotta destaca a importância da revisão do conceito de currículo, de modo que as experiências vivenciadas pelos alunos em sala de aula tenham uma relação intrínseca como sua vida diária, social. Desse modo, a prática pedagógica é o elemento mediador dessas experiências, podendo ou não promover a aprendizagem, de acordo com sua formação e capacitação profissional. (BARRETO e GOULART, 2008, p. 103).

Identificamos nas falas da P7, P8, P10 e da PE, que essas realizam a avaliação formativa, pois a todo momento estão avaliando seus alunos e buscando meios de auxiliá-los a alcançar as conquistas através da avaliação das atividades aplicadas que obtiveram êxito ou não, analisando todo o processo ensino-aprendizagem, incluindo o próprio fazer pedagógico.

Nesse sentido, avaliar não se resume à aplicação de testes ou exames. Também não se confunde com medida. Medir é apenas uma pequena parte do processo avaliativo, correspondendo à obtenção de informações. Analisá-las para promover intervenções constantes é o que compõe o ato avaliativo; por isso, as afirmativas de que, enquanto se aprende se avalia e enquanto se avalia ocorrem aprendizagens, são válidas tanto por parte do docente quanto do estudante. (BRASÍLIA, 2014, p. 10).

Não é possível identificar, através da resposta das demais, se essas realizam a avaliação formativa. Apesar da P11 relatar que busca caminhos para ajuda-los a vencer etapas, não deixa claro se isso ocorre através da avaliação do processo de ensino-aprendizagem.

As falas das P6, P7 e P10 trazem conceitos relevantes na avaliação do ANEE: a adaptação curricular, e a avaliação do aluno tomando como parâmetro ele próprio. O Art. 5º, Inciso III, da Resolução CNE/CEB Nº 2, diz que:

Flexibilizações e adaptações curriculares que considerem o significado prático e instrumental dos conteúdos básicos, metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados e processos de avaliação adequados ao desenvolvimento dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, em consonância com o projeto pedagógico da escola, respeitada a frequência obrigatória. (MEC, 2001, p. 2).

Quando as adaptações implicam em modificações nos conteúdos e objetivos de aprendizagem é preciso avaliar o nível de sucesso alcançado pelo aluno em função das referidas modificações e não em relação aos conteúdos estabelecidos para a série. (LOPES, 2008).

Nota-se que a P1 não respondeu à pergunta de forma satisfatória. Ao que aparenta, confundiu avaliação da aprendizagem com avaliação médica. Nesse sentido, as dificuldades de aprendizagens dos alunos tem sido tratada cada vez mais como um problema médico, e não pedagógico. Pode ser por esse fato que a P1 relacionou a pergunta à uma questão médica.

O discurso da conexão entre problemas neurológicos e o não aprender ou não se comportar de forma considerada adequada pela escola apresenta-se de forma cada vez mais frequente no cotidiano das escolas e dos serviços públicos e particulares de saúde para os quais se encaminham grandes contingentes de alunos com queixas escolares. (MEIRA, 2012, p. 136)

Diante da última questão: “Qual a contribuição da avaliação para o desenvolvimento dos ANEEs na Educação Infantil?” As professoras esclareceram sua visão a respeito do significado da avaliação:

P1: “Positiva.”

P2: “Criar abismos entre os tidos "normais" e os que necessitam de mais auxilio para se desenvolver.”

P3: (Não respondeu).

P4: “Imprescindível para saber onde e como melhorar no trabalho com os alunos.”

P5: *“É primordial, pois vai direcionar o trabalho a ser desenvolvido.”*

P6: *“Tudo que fazemos, precisa de avaliação. É por meio da avaliação que podemos buscar formas de melhorar a qualidade do nosso trabalho.”*

P7: *“Deve orientar o trabalho do professor, buscando caminhos que possam melhorar o ensino e conseqüentemente a aprendizagem e desenvolvimento dos alunos.”*

P8: *“Uma melhor mediação /intervenção.”*

P9: *“A Avaliação é contínua e processual e só é realizada se for pra indicar o que o professor pode fazer pra ajudar o aluno em seu crescimento intelectual e cognitivo.”*

P10: *“É muito importante. Porque com uma correta avaliação o aluno pode avançar mais.”*

P11: *“A avaliação é importante para comprovar o quanto aquele aluno cresceu, aprendeu, desenvolveu.”*

PE: *“A avaliação contribui porque ajuda a criança a avançar, se você observou que ele já adquiriu aquela habilidade, aquela competência, você pode avançar com ele. Então a avaliação é extremamente importante, inclusive a avaliação diária e contínua. Essa reflexão do professor, ela é extremamente importante, se você percebe hoje que o aluno não evoluiu muito bem, aí amanhã você repete, e no final da semana você viu que ele não progrediu, que ele não avançou, então alguma coisa está errada na sua forma de ensinar, então você tem que repensar, refletir e mudar esse planejamento. Essa prática de reflexão, de avaliação, ela é extremamente importante. Agora a gente não tem essa avaliação de nota, quantitativa, a nossa avaliação é formativa. A avaliação na Educação Infantil é fundamental, porque o aluno já chega pra gente com alguns pré-requisitos, que a gente tem que trabalhar, com algumas metas, então a gente pode avançar mais. Por que quando chega o aluno aqui cru, sem os relatórios, aí você tem que fazer sondagem, precisa de um maior tempo pra conhecer esse aluno. Se ele já vem com esse relatório pronto, com uma boa avaliação da Educação Infantil, em cima daquilo a gente já parte pra fazer a nossa sondagem, pra saber de onde a gente vai partir com esse aluno, em todas as áreas, quais as áreas que você vai trabalhar.”*

As respostas demonstram que a maioria das professoras possuem a visão de que a avaliação contribui para o desenvolvimento dos ANEEs, demonstrando ao professor se ele está caminhando no rumo certo. É como um termômetro do aprendizado, confirmando o estado em que se encontram os elementos envolvidos no contexto, indicando onde e quando mudar o plano, a estratégia, os meios. (SANT’ANNA, 2010, p.7)

A PE diz ser fundamental a avaliação na Educação Infantil. De acordo com a respectiva educadora, esse acompanhamento avaliativo contribui para o desenvolvimento do ANEE na Educação Fundamental, já que esse educando chega nessa etapa com uma avaliação diagnóstica. Essa avaliação “visa determinar a presença

ou ausência de conhecimentos e habilidades, inclusive buscando detectar pré-requisitos para novas experiências de aprendizagem. Permite averiguar as causas de repetidas dificuldades de aprendizagem.” (SANT’ANNA, 2010, p. 32).

Algumas respostas, como da P1 e da P3 foram um pouco confusas, ou não responderam de forma satisfatória a questão, dando espaço para concluir-se que essas professoras possuíam pouco, ou nenhuma real clareza do papel da avaliação na aprendizagem dos ANEEs. Zylberberg (2016), afirma que “a clareza do que estamos ensinando e o que esperamos que os estudantes se apropriem é uma pista central para criarmos possibilidades de avaliação.”

A fala da PE demonstra um caminho a se seguir, pois,

[...] a referência é o processo individual. Não se busca a classificação ou a comparação com o outro como parâmetro. O outro existe para aprender junto, ao mesmo tempo e mesmo, em um outro tempo. A atribuição de nota emerge de uma fusão de fenômenos observados no cotidiano da aprendizagem, em contextos que tornam visíveis os novos conhecimentos e as novas execuções. (ZYLBERBERG, 2016, p.2)

De acordo com a PE, a avaliação que apoia e que acontece na instituição em que atua é a formativa, essa que acontece de forma contínua, e que não prevalece a atribuição de notas. Diante disso, a LDB afirma em seu Art. 24, inc. V: “A verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios: a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais; [...]”.

A resposta da P11 vai de encontro às demais. É nítido que a avaliação adotada pela maioria das professoras (com exceção a P1 e P2) é a formativa. Isso porque os documentos que orientam o trabalho pedagógico nas escolas públicas do DF assumem o compromisso com a avaliação formativa. Mas para a P11, a avaliação é utilizada para comprovar o desenvolvimento do discente, fazendo parte apenas dos resultados, e não parte do processo. Visão equivocada, pois, assim como relatou a PE, a avaliação é muito mais que prova de resultados. Quando utilizada de forma consciente, torna-se ferramenta aliada do professor e do aluno, indicando caminhos a serem percorridos, onde e quando professor e aluno podem transformar seu processo de ensino-aprendizagem.

A avaliação também tem como pressuposto oferecer ao professor oportunidade de verificar, continuamente, se as atividades, métodos, procedimentos, recursos e técnicas que ele utiliza estão possibilitando ao aluno alcance dos objetivos propostos. Assim, o professor avalia a si, o aluno e, ainda, o processo ensino-aprendizagem. (SANT'ANNA, 2010, p. 24).

Observa-se que a resposta da P2 à essa questão, se contradiz a todas as outras respostas da mesma. Na questão anterior demonstrou ter uma visão de avaliação totalmente humanitária, que respeita o limite de cada aluno. No entanto, nota-se através dessa resposta que a sua real visão de avaliação é a de incentivo às diferenças. Pois apesar de dizer que “é preciso respeitar os limites de cada um”, a avaliação somente demonstra (de acordo com a respondente) o “abismo” que há entre os “ditos normais” e os ANNEs. A resposta da P2, afirma o que acontece quando a avaliação dos ANEEs é realizada de forma equivocada: a escola perpetua essa “lógica de exclusão” quando elabora critérios únicos de avaliação para a conduta e a intelectualidade, excluindo do processo educacional aqueles que não correspondem às suas expectativas de aluno, de homem e de sociedade. (SANTOS, 2006).

As respondentes contribuíram de forma significativa para a pesquisa, pois através de suas respostas, pude entender como funciona na prática o trabalho de avaliação dos ANEEs na Educação Infantil. E pude aferir, com o levantamento de dados, que a legislação vem sendo cumprida em grande parte das escolas em que as respondentes atuam.

Pude perceber, através das respostas das professoras, que a formação de qualidade do docente é imprescindível para a correta avaliação dos ANEEs na Educação Infantil. Algo que me deixou bastante satisfeita foi constatar que esse grupo de alunos são, em grande parte, avaliados de modo formativo. Assim como, que a maioria dos professores entendem o peso que possui a avaliação no processo de ensino-aprendizagem dos mesmos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa objetivou identificar como os ANEEs são avaliados na Educação Infantil. Inicialmente, buscou-se tecer algumas informações acerca da Educação Infantil, da inclusão dos ANEEs, e da avaliação que se deseja ser realizada nas escolas, de acordo com os documentos oficiais. Por meio da pesquisa bibliográfica, e da aplicação de um questionário aberto, respondido por 11 professoras da Educação Infantil, sendo 10 da rede pública de ensino e uma da rede privada, mais entrevista semiestruturada realizada com uma Professora Especialista em ANEEs da SEDF, foi possível constatar como acontece a avaliação da aprendizagem desse grupo de alunos.

Desse modo, a inclusão na Educação Infantil tem ganhado cada vez mais espaço, conquistado direitos, e apesar de ainda não ter alcançado o esperado como ideário de Educação Inclusiva, vem caminhando para isso.

A formação de qualidade dos professores ainda na graduação, bem como a formação continuada mostraram ser quesitos essenciais para que a inclusão escolar ocorra de modo efetivo e para que aconteça a adequada avaliação dos ANEEs na Educação Infantil. Além de uma escola estruturada, onde todos estejam envolvidos com o compromisso de educar, e onde seja possível a equipe pedagógica oferecer suporte ao professor que trabalha com o ANEE, pois muitas vezes este se sente sozinho em meio às dificuldades do cotidiano escolar.

A maioria das professoras, com exceção de três, deixaram claro em suas respostas que em sua prática pedagógica realizavam a avaliação formativa para a contribuição da aprendizagem dos ANEEs. O que favorece de forma significativa o desenvolvimento desses alunos.

Algumas vezes, em minha experiência como estagiária, presenciei cenas em que professores tratavam a avaliação dos alunos como parte dos resultados. Apesar desse fato, e para minha satisfação, a maioria dos professores que encontrei nos estágios realizava a avaliação para as aprendizagens, sendo parte do acompanhamento dos alunos, e contribuindo para o seu desenvolvimento, apontando onde deveriam mudar ou

permanecer. Diferente das minhas experiências anteriores, como aluna do Ensino Fundamental e Médio, onde vivenciei uma avaliação voltada para averiguação de resultados.

Essa constatação chamou minha atenção, e com a presente pesquisa pude notar que a Educação Infantil possui maior tendência em realizar a avaliação formativa, quando comparada às demais etapas escolares, o que ocorre pelo fato de, nas outras etapas, ser atribuído nota ao aprendizado dos alunos.

Por meio dessa pesquisa pude notar que a avaliação é uma importante ferramenta no trabalho do professor em qualquer área educativa. E no que tange ao trabalho com os ANEEs na Educação Infantil, a avaliação não é só ferramenta, como aliada. O currículo adaptado dá uma abertura ao professor que nem sempre é possível ser aplicada aos alunos que não tem NEEs. Com esse recurso, a avaliação se torna constante, a fim de verificar se o proposto inicialmente para o currículo de determinado ANEE está sendo alcançado.

O levantamento bibliográfico se deu como um desafio constante no decorrer da pesquisa, pois a avaliação dos ANEEs na Educação Infantil tem sido tema de poucos estudos. Sendo assim, o levantamento de dados foi fundamental para o desenvolvimento deste estudo, através das respostas das professoras pude constatar como realmente acontece essa avaliação nas escolas. A entrevista realizada com a Professora Especialista deu um norte para a pesquisa, esclareceu muitas dúvidas, e o relato de sua experiência em tantos anos de trabalho com os ANEEs, contribuiu de forma significativa para o andamento do estudo.

A escassez de pesquisas acerca do tema significa uma perda para a sociedade, já que um tema transversal como este contribui para o desenvolvimento do alunado, bem como da comunidade escolar, da cidade, e por consequência, do país. Se faz necessário realizar mais estudos acerca desse assunto.

Com o acompanhamento adequado, constante, e professores comprometidos com a educação, a inclusão escolar dos ANEEs, bem como a avaliação para as aprendizagens, deixa de ser utopia, e passa a ser um ideal alcançável.

PERSPECTIVAS FUTURAS

No momento em que escolhi cursar Pedagogia, uma única perspectiva vinha em minha mente: a educação das crianças. Ao longo do curso, pude conhecer as várias vertentes da Pedagogia, me apaixonei pela maioria, mas prevaleceu em mim o meu desejo inicial. Com o fim do curso, pretendo trabalhar na rede privada, mas almejo a rede pública, portanto, pretendo me capacitar para passar no próximo concurso da SEDF.

Um desejo que tenho para o meu futuro, que só descobri durante a graduação, se tornou o maior sonho do meu íntimo: ser professora da Universidade de Brasília. Para isso, pretendo continuar priorizando a minha formação, me especializar no ramo educativo. Formar professores, poder deixar uma semente que será semeada em cada escola, em várias partes do país, ou do mundo, em meu entendimento, é um papel nobre.

REFERÊNCIAS

- ALONSO, Daniela. **Os desafios da Educação inclusiva: foco nas redes de apoio**. Nova Escola. 2013. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/554/os-desafios-da-educacao-inclusiva-foco-nas-redes-de-apoio>>. Acesso em 03 nov. 2017.
- ANDRADE, Lucimary Bernabé Pedrosa de. **Tecendo os fios da infância**. Unesp, 2010. 77 p. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/h8pyf/pdf/andrade-9788579830853-06.pdf>>. Acesso em 24 set. 2017.
- BATISTÃO, Sandra Paula da Silva. **O projeto político-pedagógico e o atendimento educacional especializado na perspectiva inclusiva**. Instituto Rodrigo Mendes & Diversa. 2015. Disponível em: <<http://diversa.org.br/artigos/o-ppp-e-o-aee-na-perspectiva-inclusiva/>>. Acesso em: 01 nov. 2017.
- BORSANI, Maria José. **Adequação curricular: construindo uma escola inclusiva**. Instituto Rodrigo Mendes e Diversa. 2014. Disponível em: <<http://diversa.org.br/artigos/adequacao-curricular-escola-inclusiva/>>. Acesso em: 01 nov. 2017.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. 1988.
- BRASIL. **Decreto Nº 7.611, de 17 de novembro DE 2011**.
- BRASIL. **LEI N.º 8069 de 13 de julho de 1990**.
- BRASIL. **LEI N.º 7.853 de 24 de outubro de 1989**.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Nº. 9394, de 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. Brasília: MEC, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil**. Brasília. DF. 2006.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: Corde, 1990.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB 4/2009**. Diário Oficial da União, Brasília, 5 de outubro de 2009, Seção 1, p. 17.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretária Nacional dos Direitos Humanos. **Declaração de Salamanca, e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. 2. ed., Brasília: CORDE, 1997.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação – Lei 10.172, de 09 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília: Plano, 2001.

BRASIL. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília: MEC, 2008.

BRASIL. Secretaria de Educação. **Estratégia de Matrícula 2017**. Rede Pública de Ensino do Distrito Federal. Portaria N°. 384, de 23 de novembro de 2016.

BRASIL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Diretrizes de Avaliação Educacional: aprendizagem, institucional e em larga escala**. Brasília. 2014-2016

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre : Artmed, 2009.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar**. São Paulo : Olho d'Água. 1997.

LOPES, Esther. **Estratégias para a Inclusão do Aluno com Necessidades Educacionais Especiais no Ensino Regular**. Universidade Estadual de Londrina. Londrina. 2008.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?**. São Paulo: Editora Moderna, 2003.

MEIRA, Marisa Eugênia Melillo. **Para uma crítica da medicalização na educação**. Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, SP. Volume 16, Número 1, Janeiro/Junho de 2012. p. 135-142. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pee/v16n1/14.pdf>>. Acesso em 03 nov. 2017.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. **Verbetes Declaração de Salamanca**. *Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil*. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/declaracao-de-salamanca/>>. Acesso em: 02 de out. 2017.

MULLER, Fernanda; HASSEN, Maria de Nazareth Agra. **A infância pesquisada**. *Psicol. USP* vol.20 no.3 São Paulo. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642009000300009>. Acesso em: 24 set. 2017.

NÓVOA, António. **Formação de professores e profissão docente**. Universidade de Lisboa. 1992. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/12424596.pdf>>. Acesso em 24 nov. 2017.

PINTO, Manuel; SARMENTO, Manuel Jacinto. **As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo**. Universidade de Minho, 1997.

REY, Fernando González. **Pesquisa Qualitativa e Subjetividade: os processos de construção da informação**. São Paulo. 2005

ROCHA, Eloisa Acires Candal. **A pesquisa em Educação Infantil no Brasil: trajetória recente e perspectivas de consolidação de uma pedagogia**. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1998

RODRIGUES, David.; LIMA-RODRIGUES, Luzia. **Formação de Professores e Inclusão: como se reformam os reformadores?**. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n. 41, p. 41-60, jul./set. 2011. Editora UFPR. Disponível em: <http://www.unitau.br/files/arquivos/category_1/RODRIGUES_et_al___Formacao_de_professores_e_inclusao_1386180851.pdf>. Acesso em 04 nov. 2017.

SANT'ANNA, Ilza.Martins. **Por Que Avaliar? Como Avaliar? Critérios e Instrumentos**. 17ª edição : Vozes. 2010.

SARMENTO, Manuel Jacinto. **Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância**. Educ. Soc. vol.26 no.91. Campinas. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302005000200003>. Acesso em: 24 set. 2017.

SERRA, Dayse Carla Genero. **Entre a esperança e o limite: um estudo sobre a inclusão de alunos com autismo em classes regulares**. 2008. Tese (Doutorado em Psicologia) - Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2008.

SERRA, Dayse Carla Genero. **Inclusão e ambiente escolar**. In: SANTOS, M. P.; PAULINO, M. M. (Org.). **Inclusão em educação: Culturas, políticas e práticas**. São Paulo: Cortez, 2006. p. 31- 44. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982008000100017> Acesso em: 08 nov. 2017.

SEVILLA, Pedro Ricardo Romero. **Avaliação na Inclusão Escolar: desafio de todos os educadores**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Santana do Livramento. 2015.

ZYLBERBERG, Tatiana Passos. **Pistas e desejos para uma avaliação inclusiva**. Instituto Rodrigo Mendes e Diversa. 2016. Disponível em: <<http://diversa.org.br/artigos/pistas-e-desejos-para-uma-avaliacao-inclusiva/>>. Acesso em: 09 nov. 2017.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROFESSORES



Universidade de Brasília

Sou Beatriz Moura, estudante do curso de Pedagogia da Universidade de Brasília. Estou realizando essa pesquisa para o meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), sobre a avaliação dos Alunos com Necessidades Educacionais Especiais (ANEES) na Educação Infantil. As pessoas e/ou instituições participantes não serão identificadas.

Sua contribuição é muito importante!

QUESTIONÁRIO

1. Qual a sua formação?

Magistério

Graduação – Pedagogia

Outros: _____

2. Tem formação específica?

Não

Sim. Qual? _____

3. Qual sua idade?

- 20-30 anos
- 30-40 anos
- 40-50 anos
- mais

4. Há quanto tempo atua na Educação Infantil?

- 0-5 anos
- 6-10 anos
- 11-15 anos
- mais

5. Qual sua opinião sobre inclusão na Educação Infantil?

6. E sobre a formação dos professores para atuar com os Alunos com Necessidades Educacionais Especiais (ANEES)?

7. O que falta para que a inclusão na Educação Infantil seja realmente efetiva?

8. Como é o trabalho com os ANEEs na instituição em que você atua?

9. Como você avalia seus alunos com NEEs? Você conta com o suporte da escola nessa etapa?

10. Qual a contribuição da avaliação para o desenvolvimento dos ANEEs na Educação Infantil?

APÊNDICE B – ENTREVISTA COM A PROFESSORA ESPECIALISTA EM ANEEs DA SEDF



Universidade de Brasília

Sou Beatriz Moura, estudante do curso de Pedagogia da Universidade de Brasília. Estou realizando essa pesquisa para o meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), sobre a avaliação dos Alunos com Necessidades Educacionais Especiais (ANEEs) na Educação Infantil. As pessoas e/ou instituições participantes não serão identificadas.

Sua contribuição é muito importante!

Roteiro de Entrevista com a Professora Especialista

- 1) Qual a sua formação acadêmica?
- 2) Qual a sua idade?
- 3) Há quanto tempo trabalha com ANEEs?
- 4) O que você acha da inclusão?
- 5) E sobre a formação dos professores para atuar com os ANEEs?
- 6) Em sua opinião, o que precisa para que a inclusão seja efetiva?
- 7) Como é o trabalho com os ANEEs na instituição em que você atua?
- 8) Como você avalia seus alunos com NEEs?
- 9) A escola apoia os professores na avaliação dos ANEEs?
- 10) O que você acha da avaliação dos ANEEs advindos da Educação Infantil?
- 11) A avaliação contribui para o desenvolvimento dos ANEEs?

12) A escola conta com o apoio da família?